

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

A situação dos investimentos estruturantes para a ilha do Faial, defendidos quase unanimemente pelos faialenses, merece uma repetida abordagem neste Período de Antes da Ordem do Dia.

Começemos pela situação das novas instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) da Universidade dos Açores, que conheceram avanços que se esperam decisivos.

Desde logo, com a vinda à ilha do Faial do Ministro da Ciência e Ensino Superior, Pedro Lynce. Entre nós, e em sessão pública, aquele Ministro assumiu o compromisso de encontrar até ao final deste ano uma solução para o eterno e arrastado problema das instalações do DOP na cidade da Horta.

Registo sobretudo a forma como o Sr. Ministro aqui se apresentou, assumindo as competências que cabem ao seu Ministério neste processo e trazendo um discurso construtivo, positivo, de procura, em diálogo com a Universidade e com as instituições locais, da melhor solução que sirva aquela instituição, a ilha, a Região e o País.

E as sementes da sua visita ao DOP já tiveram consequências no anúncio feito, na passada semana, pelo Primeiro Ministro de Portugal, Durão Barroso no sentido de que o programa das novas instalações daquele departamento da Universidade dos Açores seria aprovado até ao final do próximo mês de Julho e que, uma vez concluído o projecto, se apontava para o início das obras no decurso do próximo ano, quer do DOP, quer do Departamento de Ciências Agrárias no Pólo de Angra,.

Já não estamos, portanto, apenas no domínio das manifestações de intenção e declarações de apoio vagas. É a palavra publicamente assumida do Ministro da tutela e do Primeiro Ministro de Portugal. Por isso, num cenário de dificuldades económicas e financeiras de todos conhecido, num ambiente em que todas as Universidades se

queixam do aperto em que vivem, este apoio claro e assumido aos pólos de Angra e da Horta da Universidade dos Açores é um sinal claro de um novo empenho e de uma nova visão sobre o desenvolvimento harmonioso e integral da nossa Universidade que nos vem do Governo da República.

Não tenho dúvidas, como já aqui disse, que no caso dos Açores, o melhor para a sua Universidade é a aposta e o reforço do seu desenvolvimento tripolar. Porque é o modelo que melhor responde ao peso da nossa história e é uma forma privilegiada de construir a unidade e harmonizar o desenvolvimento.

E a tripolaridade da Universidade dos Açores também é uma questão de desenvolvimento regional e local e, nessa medida, deve merecer o apoio supletivo e positivamente discriminatório quer do poder regional, quer do poder local, que se espera que não falte na medida do que for necessário.

Nesta conjuntura feliz e inédita para a Universidade dos Açores, junta-se a eleição do novo Reitor, o Prof. Dr. Avelino Meneses, assumidamente defensor desta visão tripolar e que constitui, ele também, mais um motivo de fundadas esperanças para que possa ser o elemento crucial que agrupe, à volta da Universidade e do seu desenvolvimento tripolar, os superiores interesses da Região e do País.

Confiamos que 2004 será para os pólos de Angra e da Horta da Universidade dos Açores, o primeiro ano de um novo tempo.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

No passado dia 23 de Abril, no contexto de uma mesa redonda sobre educação, promovida pelo Rotary Clube da Horta, os Presidentes dos Conselhos Executivos da Área Escolar da Horta, da EB 2,3 da Horta e da EB 3 e Secundária Dr. Manuel de Arriaga fizeram um balanço da situação das instalações e equipamentos das escolas do Faial. E se é de registar que, ao nível das escolas do ensino pré-escolar e do 1º ciclo foi referido que as condições das instalações eram, no geral, boas, o mesmo já não foi

testemunhado, quer no que respeita à EB 2, 3 da Horta, quer quanto à Escola Manuel de Arriaga.

No caso destas duas escolas, o panorama apresentado e comprovado com imagens foi o de carências sentidas ao nível da qualidade das instalações existentes, por um lado, e pela falta de uma pluralidade de salas específicas e espaços colectivos que os currículos actuais exigem. O testemunho dos responsáveis pelos órgãos de gestão daquelas escolas foi tão só mais uma prova da urgência de uma nova escola secundária no Faial, como, aliás, já aqui tem sido repetidamente defendido.

Mas, face ao panorama apresentado, o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura, presente naquela sessão, preferiu dirigir as suas considerações essencialmente noutra sentido, de tal forma que o Vice-Presidente da Câmara Municipal da Horta sentiu a necessidade de interrogar publicamente o titular da pasta da educação sobre a nova escola secundária. A resposta que obteve foi a seguinte: “O Governo Regional conta lançar concurso público para a construção da nova Escola Secundária da Horta num futuro não muito distante.”

Quem conhece o historial das declarações do Secretário Regional da Educação e Cultura sobre a nova secundária da Horta não pode deixar de ficar apreensivo.

Quem em 1997 dizia que “as obras da nova escola iniciar-se-ão no final de 1998.”

Quem em 1998 afirmava “está em fase adiantada a elaboração do projecto da nova escola secundária da Horta.”

Quem em 2000 dizia que “na pior das hipóteses, as obras da nova escola começarão em inícios de 2001.”

Quem em 2001 afirmava que “as obras da nova escola terão início em 2003, com expressão financeira em 2004.”

Quem em 2002 garantia que as obras da nova escola “vão mesmo arrancar em 2003 (...) com o empenho do Sr. Presidente do Governo que se empenhou pessoalmente nesta matéria”.

Quem tanto disse e disse o que disse, as recentes declarações lançam mais dúvidas, sobretudo quando sabemos que na Reprogramação Financeira do Plano a Médio Prazo estão consignados 1.750 mil euros para a construção da nova escola secundária da Horta.

Se suspeitas havia, agora parece confirmar-se que as obras da nova escola não começarão no próximo ano. Quando muito será uma daquelas muitas primeiras pedras que irão ser colocadas no decurso de 2004, estrategicamente em plena campanha eleitoral, mas para iniciar de facto as obras sabe Deus quando.

Esta estratégia, aliás, não é caso único. Basta dar um passeio pelo centro da cidade da Horta e vemos outro exemplo deste estilo “do que se começa e não se acaba”: a Casa Grande, destinada a acolher a Biblioteca Pública, o Arquivo e a Casa de Cultura da Horta, lá está, um autêntico borrão, degradando-se e esperando que as famosas “fases” em que foi dividida a obra tenham continuidade e sequência, independentemente do calendário eleitoral.

O protelamento incompreensível e inaceitável desta obra continua a colocar em sério risco um vasto e precioso acervo documental que continua disperso por garagens e quartos em várias casas da cidade, sem tratamento arquivístico, sem condições de conservação, a degradar-se e quase inacessível à consulta ou ao estudo.

Por outro lado, no próprio edifício onde ainda funciona a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, quando chove, é ver a mobilização dos funcionários para uma cena impensável: cobrir as estantes dos livros com plásticos para que a chuva não os danifique.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

O mesmo cenário de abandono e não cumprimento das promessas eleitorais verifica-se noutros investimentos estruturantes para a ilha: a Variante à cidade da Horta, a reabilitação das estradas regionais no fecho do anel à volta da ilha e o complexo desportivo da Horta, continuam na fila de espera do nosso descontentamento.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Agora que a obra da nova fábrica da Cooperativa Agrícola de Lacticínios da Ilha do Faial (CALF) está iniciada e a decorrer, e com ela é uma exigência do nosso desenvolvimento que se cumpre, nuvens negras de novas incógnitas pairam sobre os agricultores faialenses com a grave crise em que vive a Associação de Agricultores Faialenses e com os públicos desentendimentos havidos com o Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

As dificuldades financeiras da Associação de Agricultores Faialenses não são novas nem recentes. Mas com o tempo foram-se agravando. E foram atingindo patamares crescentes de preocupação quando se começaram a reflectir de uma forma crescentemente gravosa nos atrasos do pagamento dos salários aos seus trabalhadores.

Foi no conhecimento desta situação que propus a intervenção do Conselho de Ilha do Faial para se abrirem novos espaços e caminhos que, de forma construtiva e dialogada, conduzissem a soluções positivas para aquele problema. Essa intervenção do Conselho de Ilha abriu, de facto, caminhos de nova esperança, agora interrompidos.

Sabemos todos que nestes processos, de uma maneira geral, as culpas não moram só num dos lados. Mas sabemos todos que o que importa é a capacidade de construir soluções, abrir caminhos de diálogo e ajudar a viabilizar as instituições que foram chamadas a ter papel imprescindível em determinadas áreas, substituindo até os serviços que competiriam ao Estado, e, por isso, protocolando com o poder regional financiamentos ao exercício desses serviços.

É neste espírito construtivo, positivo, que deixo aqui o desafio da prioridade na procura das soluções que interessam mais a todos do que manter azedumes e queixas

personais. É que as pessoas passam e as instituições ficam. E o que marca o exercício dos cargos públicos é a capacidade de servir o bem comum.

Tenho dito.

Horta, 17 de Junho de 2003

Jorge Costa Pereira
Deputado Regional